



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ofício PRE nº 270

Jaguariúna, 15 de outubro de 2025

Senhor Prefeito

Encaminhamos a V. Exma. os Requerimentos abaixo relacionados, que foram apresentados e aprovados nesta Casa de Leis, em Sessão Ordinária realizada em 14 de outubro de 2025.

1. Requerimento nº 383/25 – Ver. Graça Albaran – Solicita ao Exec. Mun. informações acerca da implementação das Leis Municipais nº 3.032/2025 e 3.033/2025, que tratam de ações educativas e preventivas a serem realizadas nas escolas da rede pública municipal.
2. Requerimento nº 384/25 – Ver. Paula Savioli – Solicita ao Exec. Mun. informações sobre a conclusão da obra do Centro do Autismo.
3. Requerimento nº 385/25 – Ver. Graça Albaran – Solicita ao Exec. Mun. informações sobre políticas e planejamentos voltados à ampliação da jornada escolar ou a criação de alternativas de acolhimento e formação complementar para as crianças da rede municipal.
4. Requerimento nº 386/25 – Ver. Paula Savioli – Solicita ao Exec. Mun. informações sobre alocação de pacientes psiquiátricos/dependentes químicos, em quartos compartilhados com pacientes clínicos (sem diagnóstico psiquiátrico), no hospital municipal Walter Ferrari.
5. Requerimento nº 387/25 – Ver. Rose Guerreira – Solicita ao Exec. Mun. informações sobre a possibilidade da construção de rampas de acessibilidade, uma no túnel de acesso a Roseira de Baixo, em frente à E.M Franklin de Toledo Piza Filho e uma na UniFAJ – Campus II Interclínicas, Roseira de Baixo.
6. Requerimento nº 388/25 – Ver. Geruza Melo do Nascimento Reis – Solicita ao Exec. Mun. informações acerca da Indicação nº 201/25, que solicita o reforço na sinalização das faixas de pedestres e das vagas reservadas, em frente às instituições de ensino do Município.
7. Requerimento nº 389/25 – Ver. Geruza Melo do Nascimento Reis – Solicita ao Exec. Mun. informações acerca da Indicação nº 078/25, que solicita a execução de melhorias nos abrigos e pontos de ônibus, do Município.
8. Requerimento nº 390/25 – Ver. Geruza Melo do Nascimento Reis – Solicita ao Exec. Mun. informações sobre as vagas para educação infantil, que compreende a creche (0 a 3 anos) e a pré-escola (4 a 5 anos).

Atenciosamente,

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Ao Senhor
David Hilario Neto
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

REQUERIMENTO Nº 386 /2025

À Câmara Municipal de Jaguariúna;

Requeiro à Mesa, observadas as formalidades de praxe, após ouvido o douto Plenário, para que seja oficiado o Exm^o. Sr. Prefeito Municipal, solicitando junto as Secretarias competentes, solicito a seguinte informação;

1) Porque é feita alocação de pacientes psiquiátricos/dependentes químicos em quartos com pacientes clínicos?

2) Quais as providências sobre o fato de pacientes psiquiátricos/ dependentes químicos estarem sendo acomodados em quartos com pacientes clínicos (não psiquiátricos) no hospital municipal Walter Ferrari ?

CONSIDERANDO: Que essa situação pode representar riscos tanto para os pacientes quanto para os profissionais de saúde, além de violar princípios éticos e normas de segurança hospitalar.

Gabinete da Vereadora APCOS, 10 de outubro de 2025

VEREADORA PAULA SAVIOLI

Assr^a parl. Marilene

PROTOCOLO Nº	01088
EM	13 / 10 / 25
SECRETARIA	1

LIDO EM SESSÃO
DE 14 / 10 / 25

APROVADO	
Favoráveis	11
Contrários	—
Abstenções	—
14.10.25	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Justificativa

As providências a respeito da prática observada nesta instituição, em que pacientes com transtornos psiquiátricos estão sendo internados e alojados em quartos compartilhados com pacientes clínicos (sem diagnóstico psiquiátrico).

Tal situação, além de inadequada sob a perspectiva ética e legal, pode comprometer gravemente a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos — tanto pacientes quanto profissionais de saúde. A coexistência em um mesmo ambiente, sem os devidos critérios de segurança e sem suporte especializado, pode gerar riscos de agressões, crises não controladas, prejuízos ao tratamento e agravamento do quadro clínico.

Ademais, conforme preconiza a Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica), bem como as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental, o tratamento de pessoas com transtornos mentais deve ser feito de forma humanizada, respeitando sua dignidade e garantindo um ambiente terapêutico adequado às suas necessidades específicas.

Gabinete da Vereadora, 10 de outubro de 2025

VEREADORA PAULA SAVIOLI

Assr^a parl. Marilene